



43 em 07/04/2022 ao Conselho, visto que na referida reunião ficou deliberado que  
44 o parecer do COMDEMA estaria condicionado às informações adicionais  
45 solicitadas aos órgãos supra citados, e que o PL em questão aguardava parecer  
46 do COMDEMA para seguir para votação na Câmara dos Vereadores. Em  
47 continuidade, Tiago também aproveitou para fazer correções apontadas pelos  
48 conselheiros Fábio e Michele na ata da reunião ordinária do mês de maio de  
49 2022 momentos antes compartilhando sua tela para que os presentes  
50 acompanhassem as modificações, visto que a ata deveria ser aprovada na  
51 presente reunião, conforme versa o regimento interno do Conselho (Decreto  
52 11.565/2017) em seu Artigo 11º. Após as referidas modificações na ata, Tiago  
53 abriu para que os conselheiros se manifestassem quanto a aprovação da versão  
54 final da mesma, e ante a ausência de manifestações contrárias foi considerada  
55 aprovada pelo secretário e pela presidência desta reunião.

56 Neste momento Jader solicita maiores esclarecimentos acerca do informe  
57 realizado, ressaltando que o projeto não havia sido aprovado pelo colegiado, e  
58 Natália alega que foram acionados o MP e a OAB em razão de haver conflito de  
59 interesses para o referido projeto, parafraseando o artigo 2º da lei federal  
60 2.813/2013, lendo – se: “Submetem – se todos os cargos de chefia, seja da  
61 administração direta ou indireta”. Em seguida Natália também leu os incisos I e  
62 II do artigo 3º da mesma lei, alegando o que estes se aplicam às esferas  
63 **FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.**

64 Em seguida Clemerson pediu a palavra e ressaltou que a lei trata de  
65 âmbito federal apenas, completando ainda que a situação provocada era  
66 deselegante, visto que o funcionário Gelson Dantas, ao qual Natália se referiu  
67 na acusação de conflito de interesses não estava presente no momento. Em sua  
68 réplica, Natália discorre que o município e o estado não têm legislação específica  
69 e, portanto, a lei federal faz este exercício, sendo questionada novamente por  
70 Clemerson que pontuou que tal argumento é discutível, e que tal discussão não  
71 era adequada ao local e momento.

72 Dando continuidade, Natália mencionou que pessoas da secretaria  
73 entram com adesivo plotado no carro como propaganda da empresa do filho,  
74 fazendo uma comparação com propagandas partidárias, e completou ainda que  
75 sua denúncia de conflito de interesses da reunião anterior não constou em ata.  
76 Neste momento, Ana questionou Natália sobre o motivo de a denúncia não ter  
77 constado em ata, e a mesma respondeu que não sabia pois se encontrava de  
78 atestado médico quando a ata foi aprovada pelo colegiado e que não pôde rever  
79 a referida ata, mas que a situação tinha sido notificada ao presidente.

80 Clemerson então pediu a palavra novamente e pontuou que devemos ser  
81 cuidadosos ao fazer referências a determinadas leis, pois isso leva a  
82 interpretações errôneas quando não há conhecimento necessário por parte de  
83 quem as lê, reiterando que denúncias de cunho criminal devem ser feitas ao  
84 órgão competente apresentando provas, além de acionar os envolvidos para que  
85 haja possibilidade de defesa quando os mesmos forem citados.

86 Natália se justificou alegando que a fala era somente um informe curto e  
87 que sua denúncia já estava encaminhada aos órgãos competentes, momento  
88 em que Clemerson responde que o Conselho precisa ter foco e que a pauta não  
89 era esta.

90 Em seguida, Porsani pediu a palavra e declinou que jamais permitiu  
91 indicações de empresas para quaisquer fins e ainda atestou a lisura do  
92 Coordenador Gelson Caldeira Dantas, alegando que o mesmo não faz parte da  
93 razão social Dantas e também reiterou que não gostaria mais de que seu nome  
94 fosse citado em reuniões, bem como discussões deste mesmo teor. Por fim,  
95 Porsani aconselhou que os incomodados com a situação devem procurar a  
96 justiça, alegando ainda que estas discussões são o motivo de os conselheiros  
97 estarem deixando de frequentar as reuniões.

98 Natália então agradeceu e encaminhou a reunião para a pauta, passando  
99 a palavra ao convidado Leonardo. O mesmo iniciou sua apresentação  
100 localizando a captação do Ribeirão das Cruzes, fazendo menção ao seu valor  
101 histórico e cultural, além da preservação ambiental do entorno da área que  
102 justificam o investimento do projeto. Dando continuidade, Leonardo passou a  
103 detalhar o termo de referência do projeto e as particularidades das diferentes  
104 áreas objetos do mesmo, disponibilizado pelo secretário Tiago com três dias de  
105 antecedência e então declinou que a média entre os orçamentos levantados foi  
106 de R\$ 51.566,67 e assim sendo, em função da atual instabilidade econômica do  
107 país e inflação, o Daae solicitava a utilização do Fundo de Desenvolvimento  
108 Ambiental em R\$ 65.000,00. Por fim, Leonardo ressaltou que a o excedente do  
109 recurso não empenhado no processo seria estornado ao FDA.

110 Neste momento Tiago pediu a palavra e parabenizou o convidado pela  
111 apresentação e discorrendo sobre sua afinidade com o geoprocessamento. Em  
112 seguida, Porsani também cumprimentou Leonardo e enalteceu o valor histórico  
113 da captação. Clemerson também destacou a importância histórica de região,  
114 mencionou a crescente expansão imobiliária em seu entorno e completou que  
115 apoiar este projeto é apoiar a segurança hídrica dos munícipes.

116 Dando continuidade, Jader também pediu a palavra para parabenizar  
117 Leonardo pela apresentação e também pontuou a questão dos diversos  
118 empreendimentos na região, relacionando com atropelamentos da fauna em  
119 razão do fluxo de veículos. Discorreu ainda que de nada adianta recuperar, se  
120 não cuidamos da causa do problema que leva ao entupimento das bocas de lobo  
121 e lixo nos mananciais. Ainda com a palavra, Jader pontuou que estava tomando  
122 conhecimento do projeto naquele momento, e que as informações da  
123 apresentação, apesar de bem feita, não havia sido disponibilizada previamente  
124 ao colegiado. Outrossim, também alegou que o Conselho contava com poucos  
125 membros e que excluindo representantes da sociedade civil só restava a “parte  
126 interessada”, se referindo ao Daae e SMMAS, momento em que Ana Carolina  
127 intervém e aponta a presença das universidades UNIARA e LOGATTI. Em  
128 seguida, Jader aponta também a ausência de contexto histórico  
129 (problematização) que justificasse o projeto de revitalização, detalhamento dos

130 custos do projeto, metas e indicadores do projeto e cronograma de execução  
131 mais amplo, do que o de 90 dias apresentado. Por fim, o conselheiro ainda  
132 pontuou que achava estranho a solicitação de utilização do fundo visto que a  
133 receita mensal do Daae era de R\$ 12.500.000,00.

134 Neste momento, Leonardo explana em, réplica ao conselheiro Jader que  
135 o projeto não contempla a represa de captação em sim, pois esta já foi objeto de  
136 diversos desassoreamentos e outras obras, e que o que estaria sendo proposto  
137 era a revitalização do entorno, Com relação aos custos, Leonardo discorreu que  
138 o intuito era fazer um concurso de ideias, baseando se em dois projetos bem  
139 sucedidos do município de São Carlos (Parque do Bicão e Parque do Gregório).  
140 Leonardo também fez menção ao FEHIDRO, completando que existe a  
141 possibilidade de solicitar recursos adicionais do referido fundo quando houvesse  
142 um projeto de revitalização propriamente dito. Com relação à receita do Daae,  
143 Leonardo alegou não caber a ele tecnicamente a questão, mas sim ao setor  
144 comercial do Daae.

145 Em tréplica, Jader colocou que ainda faltava a relação com o plano  
146 municipal de meio ambiente e demais legislações, e que o projeto carecia de  
147 maiores contextualizações.

148 Natália então passou a palavra para Ana, que reiterou a importância  
149 histórica da região, citando ainda os investimentos feitos pelo Daae  
150 anteriormente em desassoreamento e também solicitou que Leonardo  
151 mostrasse as áreas de interesse simultaneamente no mapa para que a  
152 conselheira se localizasse melhor, além de indagar onde seria localizada a nova  
153 unidade do supermercado Jaú Serve. Atendendo as solicitações, Leonardo  
154 compartilhou sua tela, e detalhou as localizações, e pontou também que quando  
155 a unidade do supermercado, não há prejuízos para a captação uma vez que a  
156 mesma está à montante do futuro empreendimento, embora possam haver  
157 outros tipos de impactos ambientais a serem discutidos. Leonardo explanou  
158 ainda que independente de qual for o projeto de revitalização vencedor do  
159 concurso de ideias e sua fonte de recursos, o projeto inicial de  
160 georreferenciamento, objeto da pauta seria o primeiro passo para dar  
161 prosseguimento na revitalização.

162 Em seguida, Marcelo fez uso da palavra e também teceu comentários  
163 acerca do custo para a execução do projeto, alegando que que talvez este  
164 projeto não fosse necessário se as contrapartidas exigidas dos  
165 empreendimentos estivessem adequadas.

166 Natália tomou a palavra e reconheceu que o projeto estava bem escrito,  
167 porém arguiu em concordância com os colegas Jader e Marcelo alegando que  
168 era necessário debater questões técnicas além das questões históricas. Dando  
169 sequência Natália ainda questionou se havia algum acordo vigente com o Daae  
170 para manutenções ambientais por parte dos empreendimentos adjacentes,  
171 alegando que “ficaria difícil” deliberar votação na presente reunião, pois apesar  
172 da boa apresentação do convidado, faltavam os referidos acordos ambientais  
173 firmados, as mudanças nas legislações de uso e ocupação de solo. Natália

174 levantou ainda, sem especificar qual, a nova lei dos corpos hídricos  
175 consolidados, a questão do fluxo de fauna citado por Jader, e completou ainda  
176 que sua maior preocupação para aquela área era o plano de manejo contra  
177 incêndio, declinando sobre a área adjacente à Avenida Vereador Mario Ananias  
178 que é acometida por incêndios todos os anos. Neste momento, Ana digitou no  
179 chat que o colegiado deveria votar a questão do projeto, solicitação negada por  
180 Natália que alegou que a votação só poderia ser feita mediante à apresentação  
181 do projeto inteiro por parte dos interessados e também de licitações, conforme  
182 acordado anteriormente com o presidente Wando. Apontou ainda que os  
183 orçamentos apresentados foram feitos em novembro de 2021 e alguns deles  
184 estariam com prazos vencidos, questionando ainda se o valor de R\$ 65.000,00  
185 solicitados seria uma estimativa e se as parcerias mencionadas na apresentação  
186 seriam baseadas na lei de compensação atual ou de projetos que nem foram  
187 votados ainda.

188 Em meio a novas alegações por parte da vice presidente que faltam  
189 subsídios para a votação e que o COMDEMA não possui câmaras técnicas para  
190 debruçar sobre projetos específicos, Ana indagou onde estaria o embasamento  
191 para impedir a votação, baseado no regimento interno do Conselho e também  
192 na lei do FDA, repudiando a postura adotada por Natalia de, nas palavras da  
193 conselheira “ficar reverberando e não chegar ao ponto que você quer”. Natália  
194 pediu para que Ana aguardasse e apenas respondeu que gostaria de terminar  
195 sua fala e que estaria fazendo questionamentos como conselheira e não como  
196 vice presidente. Retomando seu raciocínio anterior, Natália pontua novamente  
197 que gostaria de saber sobre a questão do uso e ocupação do solo, que segundo  
198 a mesma muda anualmente (sem saber precisar exatamente se em dezembro  
199 ou janeiro) sobre os acordos ambientais firmados com os empreendimentos  
200 adjacentes e seus respectivos prazos, fluxo de animais silvestres, área de APP  
201 e a nova legislação do estado que dispõe sobre corpos hídricos urbanamente  
202 consolidados, o plano de manejo de queimadas e se as parcerias público-  
203 privadas mencionadas estão de acordo com a lei de compensação ambiental  
204 vigente ou a que ainda está sendo estudada – sem especificar qual legislação.  
205 Finalizando sua fala, Natália questionou ainda se a região do projeto se trata de  
206 uma zona de amortecimento ou de seu entorno.

207 Em seguida, Leonardo esclareceu novamente que o projeto ora  
208 apresentado não se trata de execução de revitalização, mas sim de fase anterior  
209 que envolve apenas o georreferenciamento da área envolvente da represa,  
210 ressaltando que não há como definir ações subsequentes sem o  
211 georreferenciamento e seus respectivos produtos. Quanto às parcerias,  
212 explanou que não necessariamente precisam ser público-privadas, e que estas  
213 também não contemplam a retirada de árvores para se enquadrar as leis de  
214 compensação. Outrossim, o convidado ainda justificou que ante a ausência de  
215 plano de manejo de incêndios, se fazia ainda mais necessário a aprovação do  
216 projeto de georreferenciamento para posterior revitalização e quanto aos  
217 acordos ambientais, não haviam informações detalhadas pois estas estariam de

218 posse da SMMAS, mas que as áreas onde estariam localizados estes termos de  
219 compromisso ambiental foram consideradas no projeto uma vez que ao término  
220 do período de responsabilidade das empresas, as áreas voltariam a ser de  
221 responsabilidade da prefeitura. Por fim, Leonardo pontuou também que quanto  
222 ao uso e ocupação de solo, a área já se encontra consolidada como captação  
223 de água superficial e dificilmente haveria alterações.

224 Neste instante, Tiago pediu a palavra para esclarecer alguns pontos  
225 levantados pelos colegas que antecederam. O secretário então compartilhou sua  
226 tela e apontou a planilha de custos detalhada e o cronograma de execução  
227 constantes nos anexos do termo de referência do projeto em questão,  
228 ressaltando que este documento havia sido disponibilizado com três dias úteis  
229 de antecedência, e portanto as alegações dos colegas caracterizavam falta de  
230 consideração com o trabalho do elaborador do termo de referência, bem como  
231 com o trabalho do secretário que disponibilizou o documento em tempo hábil  
232 declinando ainda que mesmo o Conselho sendo democrático, alguns  
233 comentários devem ser filtrados mediante a leitura do documento prévio. Tiago  
234 prosseguiu alegando que desconhecia dispositivo no regimento interno ou na lei  
235 do FDA que impedisse a submissão e votação de projetos dependendo da  
236 receita do órgão em questão. Com relação aos termos de compromisso  
237 ambiental Tiago explicou que os mesmos estão sob a jurisdição da SMMAS, que  
238 são fiscalizados pela SMMAS e que as empresas ficam responsáveis pelas  
239 áreas durante três anos após o plantio, assim sendo esta questão desconexa ao  
240 projeto apresentado.

241 Para finalizar, o secretário salientou novamente que o projeto apresentado  
242 trata somente de um serviço de georreferenciamento e pediu foco nas  
243 discussões, que fossem levantados debates que realmente acrescentam ao  
244 tema, pois em seu entendimento o saturamento das discussões só tem a  
245 desagregar ao Conselho.

246 Em seguida, Clemerson também reiterou a fala do secretário de que o que  
247 ora estava sendo deliberado seria apenas o georreferenciamento da área, e que  
248 não haveria projeto de revitalização sem que anteriormente fosse aprovado o  
249 presente projeto. Ainda com a palavra, o conselheiro explanou também que a  
250 abertura de licitação só seria possível após a aprovação da verba visto que é  
251 necessário indicar a origem dos recursos antes mesmo de abrir o processo  
252 licitatório.

253 Jader então pediu a palavra novamente e alegou que, no documento  
254 apresentado previamente ao colegiado, o georreferenciamento era citado  
255 apenas como uma ferramenta para a revitalização, outrossim, questionou se a  
256 prefeitura já não executa este serviço, ou dispõe de parcerias com a USP de São  
257 Carlos para tal, como é feito com os dados da Dengue e Covid. Em seguida  
258 Jader declinou que ações de educação ambiental são mais elegíveis a obter  
259 aprovação do fundo do que o presente projeto, novamente fazendo menção à  
260 receita total do Daae de R\$12.500.000,00 comparando ainda com o valor  
261 atualmente disponível no FDA de aproximadamente R\$ 2.000.000,00.

262 Questionou também os valores recorrentes que o Daae deposita na conta do  
263 fundo, alegando que o órgão poderia deixar de recolher os valores para custear  
264 o projeto.

265 Neste momento Natália levanta questão de ordem, alegando que a  
266 discussão tomou rumos divergentes ao objetivo da reunião, observando que as  
267 reuniões são públicas e que o convidado permanece até quando assim desejar,  
268 e neste instante Ana interveio pontuando que seria necessário direcionar o  
269 debate e que a reunião não chegaria a um desfecho dessa forma, cobrando  
270 novamente o trecho da legislação que impede a matéria de ser votada. Natália  
271 então alega que o impedimento seria uma demanda vinda da presidência do  
272 Conselho, sendo prontamente inquirida por Ana novamente, que alegou que  
273 neste momento a vice presidente representava o Conselho e que a decisão não  
274 caberia somente à Natalia.

275 Na sequência Ana pontuou que os demais conselheiros de acordo com  
276 ela se manifestassem, completando que o recurso necessário às fases  
277 decorrentes do projeto apresentado seria um problema do Daae, exigindo o  
278 direito à voto sob a condicionante de não sair da sala da reunião até a votação.  
279 Natália então começou a discorrer novamente sobre ordenamento jurídico pois  
280 a legislação municipal não prevê impedimento, mas estaria considerando leis  
281 federais.

282 Em meio à discussão, Porsani toma a palavra e pede desculpas ao  
283 convidado e ao conselheiro Clemerson pela situação, alegando participar de  
284 diversos conselhos, mas que sentia vergonha de estar discutindo este tipo de  
285 coisa desde as 18:00, demandando que a pauta seja colocada em votação,  
286 assim como as conselheiras Ana e Carol simultaneamente. Porsani ainda  
287 salientou que o objetivo do Conselho seria resolução dos problemas do  
288 município, que não estaria cumprindo este objetivo e finaliza sua fala que se a  
289 situação não se encaminhar para uma solução, que se retiraria da reunião.

290 Carol também tomou a palavra e manifestou indignação pelo fato de a  
291 reunião se encaminhava para duas horas de duração sem qualquer desfecho,  
292 completando que os demais conselheiros tem competência para analisar e votar  
293 o projeto e a decisão era do colegiado, pois a vice presidente não seria dona do  
294 Conselho ou do Fundo, reiterando que desejava a votação.

295 Neste momento houve exaltação dos ânimos e diversas falas se  
296 misturaram, entre pedidos de ordem da vice presidente Natália e manifestações  
297 de insatisfação dos conselheiros Ana, Carol e Porsani. Ana então propõe ao  
298 colegiado para instituir temporariamente o secretário Tiago como presidente da  
299 reunião, o que foi verbalmente acatado pela maioria, sem manifestações  
300 contrárias. O secretário então usou da palavra para pedir desculpas a todos pela  
301 situação, e que atendendo o anseio da maioria o correto a se fazer era prosseguir  
302 com a votação, e assim o fez.

303 Antes que os conselheiros votassem Natália interveio alegando que os  
304 conselheiros estariam esquecendo da existência do conselho gestor e que não  
305 se poderia ultrapassar sua autoridade, sendo refutada pelo secretário que fez

306 menção ao regimento e declinou que primeiramente o projeto seria deliberado  
307 naquele momento e só posteriormente seria deliberado pelo Conselho Gestor do  
308 Fundo.

309 Dando seguimento à votação, o secretário abriu primeiramente para que  
310 os favoráveis à aprovação do projeto se manifestassem, solicitando que os  
311 votantes levantassem a mão por meio do comando do aplicativo para facilitar a  
312 visualização, sendo aferidos oito votos: **Ana Carolina Buzzo Marcondelli,**  
313 **Bruna Logatti, Clemerson Luiz Pereira de Araújo, Carolina de Mattos**  
314 **Galvão, Cleovaldo Luiz Dell Acqua Júnior, José Carlos Porsani, Michelle**  
315 **Delgatti Pelaes e Tiago Sant' Ana de Oliveira.**

316 Em seguida, foi aberto para os conselheiros desfavoráveis à aprovação  
317 do projeto, não sendo registrado nenhum voto.

318 Por fim foi aberto para os conselheiros que se abtivessem do voto, sendo  
319 aferidos quatro votos: **Fábio Eduardo Scalize, Jader José de Oliveira, Marcelo**  
320 **Ferreira Batista e Natalha Rocha Imbriani.**

321 Neste momento, ao observar que Natália apontava o celular para a tela,  
322 Ana pontuou que não autorizava a divulgação de sua imagem à terceiros, sendo  
323 acompanhada pelos conselheiros, Carol, Clemerson, Michele, Tiago e Porsani.

324 Jader então alegou que a parte interessada teve direito a voto, mas que  
325 deveria se abster, sendo questionado por Tiago sobre quem seria a parte  
326 interessada e refutado por Ana e Clemerson de que não existia tal dispositivo no  
327 regimento. Assim sendo, o secretário declara aprovado o projeto pelo Conselho  
328 por dois terços dos conselheiros presentes. Jader seguiu em sua arguição de  
329 que a falta de atualização do regimento faz falta, sugerindo trabalhar mais nisto,  
330 além de alegar que a pauta já veio encaminhada para aprovação do projeto.

331 Tiago então refutou a afirmação de que o projeto estaria pré aprovado,  
332 argumentado que o projeto veio para ser votado e foi isso que foi feito,  
333 completando também que o conselheiro Jader é integrante do conselho gestor e  
334 que poderia fornecer em uma próxima ocasião as informações das quais ele  
335 próprio se queixava de ausência. Neste momento Natália justifica que a fala do  
336 conselheiro Jader se referia a separar a apresentação do projeto da votação,  
337 entendendo que estas deveriam ser feitas em reuniões diferentes, mencionando  
338 que foi feita reunião prévia entre a SMMAS e o Daae em 25/03/2022, constante  
339 nos documentos disponibilizados ao colegiado três dias antes.

340 Antes que o secretário encerrasse a reunião, Porsani solicitou que fosse  
341 registrado em ata sua fala de forma literal: "Aqui foram realizadas acusações  
342 sérias de servidores, o que indiretamente indica atuação desta Secretaria. Eu  
343 gostaria de registrar em ata o meu descontentamento e minha indignação, sinto  
344 me ofendido com tais acusações levianas e pelo desdenho no trato pessoal para  
345 com os conselheiros."

346 Em seguida Natália também solicitou registro em ata: "Nunca em hipótese  
347 alguma eu fiz referência ao trabalho da Secretaria de Meio Ambiente ou ao  
348 Secretário de Meio Ambiente, nós estamos e deixamos claro a inclusão sobre

349 única e exclusivamente de um interesse de conflito de um determinado servidor,  
350 agente público como a lei dita que está em ação de comando.”

351 Neste momento Clemerson ressalta que havia outra pauta a ser  
352 apresentada pelo Daae, mas que pelo entender do horário sugeriu adiar a  
353 votação, o que foi acolhido pelos demais.

354 Não havendo mais pautas, a reunião foi encerrada às 20:11, sendo  
355 lavrada esta Ata que após aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes  
356 na reunião. Tiago Sant' Ana de Oliveira, secretário, 11 de junho de 2022.

357

<b>Nome</b>	<b>Presente</b>	<b>Justificado</b>	<b>Ausente</b>	<b>Assinatura</b>
Adilson André Portrunelli (Corpo de Bombeiros)			<b>X</b>	
Álvaro Stringhetti Ferreira (UNIP)			<b>X</b>	
Ana Carolina Buzzo Marcondelli / Flávia Cristina Sossae (UNIARA)	<b>X</b>			
André Trevizoli Martins (CETESB)			<b>X</b>	
Bruna Logatti (Logatti)	<b>X</b>			
Carolina de Mattos Galvão (Coordenadoria de Bem Estar Animal)	<b>X</b>			
Cláudia Guzzi (Associação dos Contabilistas de Araraquara)			<b>X</b>	
Clemerson Luiz Pereira de Araujo (Daae)	<b>X</b>			
Cleovaldo Luiz Dell Acqua Júnior (Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública)	<b>X</b>			
Danilo Henrique Borsari (Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo)			<b>X</b>	
Edvaldo Alves Trindade (Secretaria Municipal de Saúde)			<b>X</b>	
Enedina Ferreira de Andrade (Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo)			<b>X</b>	

Fábio Eduardo Scalize (Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos)	<b>X</b>			
Marcelo Ferreira Batista / Fábio José Justo dos Santos (IFSP)	<b>X</b>			
Guilherme Peixoto (UNESP)			<b>X</b>	
Jackson Lemos Júnior (Associação Araraquarense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia)			<b>X</b>	
Jader José Oliveira (Plenária da Cidade do Orçamento Participativo)	<b>X</b>			
Jane Alexandra Pereira (Cooperativa Acácia)			<b>X</b>	
João Henrique Barbosa (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade)		<b>X</b>		
João Reginaldo Inácio (ONG Paz e Bem)	<b>X</b>			
José Carlos Porsani (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade)	<b>X</b>			
José Janone Júnior (Associação Comercial e Industrial de Araraquara)			<b>X</b>	
Maria José Amadeu Costa (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano)			<b>X</b>	
Michele Delgatti Pelaes (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo)	<b>X</b>			
Natália Rocha Imbriani (Plenária da Cidade do Orçamento Participativo)	<b>X</b>			
Rodrigo Antonio dos Santos (Polícia Militar Ambiental)			<b>X</b>	
Rodrigo César Martins (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular)		<b>X</b>		
Rosa Heleno Pinheiro Borghi (Secretaria Municipal de Educação)		<b>X</b>		
Tiago Sant' Ana de Oliveira (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade)	<b>X</b>			

Wando de Oliveira Santos (Ordem dos Advogados do Brasil)	<b>X</b>			
--	----------	--	--	--

358